

Mulheres rurais e plantas medicinais: das práticas às existências coletivas

Flávia Charão-Marques

O uso de plantas medicinais está relacionado a um acervo de saberes, conhecimentos, práticas e tecnologias que persistem enraizados na vida cotidiana dos brasileiros, contribuindo para compor um variado quadro de intervenções populares nos processos de cura, muitas vezes associados a formas singulares de percepção sobre saúde e doença. Tais intervenções, contudo, mobilizam um amplo repertório de conhecimentos, parte associado à biodiversidade, parte relativo às relações sociais estabelecidas pela ação coletiva em torno do tema.

A reivindicação da legitimação das práticas populares em saúde não é assunto novo, inclusive se considerarmos processos deliberados de reconhecimento e institucionalização.¹ No entanto, um aspecto-chave para a reflexão aqui proposta é o fato de que há uma significativa presença de mulheres nos

¹ Desde a década de 1970, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda aos países-membros a inclusão dos sistemas “tradicionais” em programas nacionais de saúde pública (Organização Mundial de Saúde, 2002). No Brasil, a fitoterapia é reconhecida como uma prática terapêutica a ser oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos inclui diretrizes de apoio às iniciativas locais que fazem uso da diversidade biológica e de saberes associados (Brasil, 2008).

movimentos, organizações ou ações que defendem ou fazem uso das plantas e dos “remédios” a partir delas elaborados. Charão-Marques e colaboradores (2015) identificam que o envolvimento feminino com tais temáticas está relacionado ao “cuidado”. De modo abrangente, o “cuidar”, nesse caso, inclui elementos associados às reivindicações por melhoria de qualidade de vida, emancipação das mulheres, luta contra violência doméstica, visibilização do trabalho feminino, provocando a crítica ao desenvolvimento como processo homogeneizante e legitimado unicamente pela ciência moderna.

É assim que o uso da biodiversidade, o conhecimento associado e as intervenções populares em saúde são aspectos transversais ao tema das plantas medicinais e, quando mobilizados pelas mulheres rurais, fazem emergir uma imbricada relação entre questões de gênero, agricultura e saúde, cuja expressão política no que tange às lutas contra as (in)sustentabilidades vivenciadas nos espaços rurais pode ser captada pelas práticas levadas a cabo por elas em seus cotidianos. Schatzki (2001) define a prática como um “conjunto de ditos e feitos”; assim, as práticas podem ser consideradas portadoras de significados, linguagem e normatividade, além de serem fonte para a compreensão de mudança social, em especial, tomando as ações de pessoas em suas interações com o mundo material.

Para acessar, observar e refletir sobre as práticas das mulheres em seu trabalho coletivo com as plantas medicinais, um conjunto de estudos² qualitativos em profundidade foi realizado junto a grupos organizados que guardam relação, embora nem sempre orgânica, com alguns movimentos sociais do campo: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Os trabalhos foram conduzidos entre os anos de 2013 e 2015 em diferentes regiões do Rio Grande do Sul (RS). Todavia, as reflexões propostas neste capítulo também se servem, de alguma maneira, da experiência acumulada pela autora em mais de vinte anos de envolvimento com o tema.

O texto, ao propor uma reflexão sobre práticas relacionadas ao uso de plantas medicinais pelas mulheres, inicia justamente trazendo aspectos relativos à ação coletiva dos grupos, evidenciando materialidades envolvidas e

² Pesquisas realizadas por vários membros da equipe do projeto “Mulheres e biodiversidade: plantas medicinais, conhecimento e aprendizagem coletiva no Sul do Brasil”, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) – Edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA – nº 32/2012.

subjetividades emergentes. Com isso, é proposta uma segunda seção, que vai tratar da política como uma espécie de “vir a ser” a partir das práticas situadas localmente. Após, algumas considerações finais são tecidas com o intuito de contribuir para o debate proposto sobre as (in)sustentabilidades na interface rural e saúde.

As mulheres, seus grupos, os remédios e as práticas

Nos últimos tempos, não tem sido muito fácil chegar até as mulheres, suas plantas e seus remédios! Não é tão simples ser recebida nos grupos quando chegam antes o título de professora e a suposta autoridade que confere a universidade. Numa tarde quente de um mês de fevereiro, chegamos (dois bolsistas e eu) à sede regional do MMC em Três Cachoeiras (Litoral Norte do RS). As quase três dezenas de mulheres ali reunidas, embora curiosas sobre nossos intentos, olharam com desconfiança e demarcaram logo de saída quem fazia parte do “nós” e quem eram os “outros”. Fomos até lá para, de certa forma, “inquirir”, mas na verdade fomos nós os inquiridos, embora nos tenham sido concedidos não muito mais do que quinze minutos, e tenhamos saído bastante desanimados. Meses depois, após longa viagem durante um dia chuvoso e frio, entre agricultores e agricultoras do MPA, em Ibirubá (Noroeste do RS), a percepção da desconfiança voltaria a aparecer, já não de forma tão desanimadora, mas, sem dúvida, em sua face desafiadora. Com o pessoal do setor de Saúde do MST, reunido na Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS) no centro de Porto Alegre, a sensação de ser objeto de indagação também se repetiria, muito embora algumas pessoas fossem conhecidas de longa data. Essas situações recorrentes em absoluto são aqui trazidas para “reclamar” do tratamento aos pesquisadores ou se referem a algum mau entendimento sobre o nosso papel por parte das mulheres naquelas situações. Ao contrário, elas estão sendo reportadas no sentido de destacar alguns aprendizados que nos servem justamente para pensar nas múltiplas relações e subjetividades que emergem do emaranhado de práticas que envolvem movimentos sociais, suas políticas e agendas, e as ações situadas localmente.

No início dos anos 2000, houve uma efervescência do debate sobre o uso das plantas medicinais e a inclusão de medicamentos fitoterápicos no SUS; muitos eventos nacionais e regionais com a participação de centenas de pessoas atestam essa movimentação.³ Muitas reivindicações foram, inclusive,

³ Sobre a relação desses processos e políticas públicas, ver Czermainski (2009).

incorporadas às políticas públicas, considerando que muitas delas faziam parte das agendas políticas de movimentos sociais, e isso já se constituía como um reflexo dos numerosos grupos que atuavam com plantas desde muitos anos antes. No entanto, o cenário encontrado em 2013 foi de certa desmobilização, em parte justificada por algumas lideranças pelo “desânimo”, considerados parcos os resultados das políticas específicas. Outra ponderação é de que há uma generalizada diminuição do tempo disponível das mulheres para o trabalho coletivo com as plantas em função da necessidade de dedicação a atividades geradoras de renda, além da entrada de outras prioridades nas agendas políticas dos movimentos dos quais fazem parte (Charão-Marques et al., 2015).

No entanto, uma observação central é a de que os diferentes grupos, em algum momento de suas trajetórias, sofreram repressões. Basicamente, de duas ordens: uma por autoridades sanitárias, ou seja, por parte do Estado; outra, nem sempre tão direta, por parte de profissionais da saúde, que ora reprimem o uso das práticas chamadas “caseiras” porque não funcionam, ora desencorajam o uso das plantas porque desconhecem seus efeitos, modos de administração e possíveis interações com outros tratamentos. A nossa entrada como “pesquisadoras” revestida de uma formalidade mais ou menos naturalizada parece ter evocado nas nossas primeiras interlocutoras sua tácita circunscrição à esfera do “oficial”, passível, assim, de verificação quanto às intenções e interesses envolvidos. Com isso acabaria ficando bastante evidente a polarização de disputas acerca de legitimidades, controles e, mesmo, visões de mundo. Em outras palavras, as intersecções entre mulheres e plantas medicinais fazem emergir fenômenos sociais que se referem à existência mesma de “contratendências” (Arce; Long, 2000) ao desenvolvimento em seu sentido ocidental modernizador.

Superados os momentos da desconfiança, ou melhor, das precauções, chegaríamos finalmente às “farmacinhas”. Assim são chamados, na maioria dos casos, os espaços constituídos pelas mulheres, é o lugar do encontro, lugar de “fazer os remédios”. Cada um tem uma história, ou muitas histórias, porém invariavelmente são lugares bonitos, bem cuidados, ordenados, plenos de objetos, livros, fotografias e outras imagens. Entrar nesses espaços é compartilhar suas “místicas”,⁴ é mergulhar no aroma das folhas, raízes, sementes e flores sempre presentes em abundância, é também sentir o acolhimento das mulheres, que viria a dissipar a sensação inicial de estar “incomodando”. Não raro, é a casa de

⁴ As místicas podem ser ritos, momentos que mesclam música, poesia, textos, danças e imagens, mas também “altares”, espaços específicos que agrupam objetos e símbolos mesclados em sincretismos diversos. Para Lassak (2012), as místicas são uma nova expressão de espiritualidade que vai surgindo à medida que os movimentos sociais se desvinculam da(s) Igreja(s).

algumas mulheres que se torna a “farmácia”, que é também cozinha, biblioteca e o lugar das “conversas”. A maioria dos grupos não mantém áreas de cultivo em comum (embora existam algumas); as plantas são cultivadas “em casa” ou obtidas do “mato”. Em geral, é estabelecida uma rotina semanal de trabalho nas farmacinhas, havendo compartilhamento de responsabilidades, divisões de tarefas, mas também atividades coletivas, festas e rituais em datas específicas.

No contexto do projeto mencionado, Benvegnú (2014) analisa que a natureza dos grupos de mulheres que trabalham com plantas medicinais é circunscrita pela dádiva (nos termos de Marcel Mauss), sendo o trabalho voluntário primordial dentro da vida do grupo. No caso por ele etnografado, das Filhas da Terra, em Morro Azul, Litoral Norte, as mulheres do grupo, “inverno ou verão”, estarão às quartas-feiras trabalhando ou atendendo quem precisar ali na farmacinha. E Samper-Erice (2015), estudando a Farmacinha Comunitária da Solidão, também no Litoral Norte, identifica a doação de tempo, de plantas e de saberes como elementos que conformam o espaço do diálogo entre as mulheres e uma rede de solidariedade e apoio mútuo.

Já na cozinha da Dona Rosa, em Chapecó no Estado de Santa Catarina, em meio ao pão sendo assado e ao almoço sendo feito no fogão à lenha, também as plantas estão secando, as tinturas estão sendo preparadas e as pessoas vão sendo recebidas: segundo ela, “[...] eles tudo vêm, vêm passar por aqui. Eles colaboram com a gente, e nós com eles” (depoimento registrado em Marques, 2009, p. 103). Do lado de fora, “embaixo do mato”, um espaço para acampamentos também serve de lugar para encontros diversos – não incomuns são os de mulheres que ela ajudou a organizar no âmbito do MMC.⁵ Dona Maria (com ajuda do Seu Roque), no Assentamento Rondinha, em Joia (Noroeste do RS), além de áreas com cultivo de dezenas de espécies de plantas medicinais, mantém um espaço contíguo a sua casa que funciona como depósito das plantas secas, laboratório de preparo de remédios, sala de aula, alojamento para as visitas, além de ter um ambiente reservado “para a mística”. O espaço é maior que a área de residência, e eles contam que recebem professores, estudantes e muitos agentes de saúde que vão até lá em busca de capacitação, além dos assentados⁶ que “vêm buscar remédios”.

O grupo Filhas da Luz, em Cristal do Sul (Norte do RS), tem a farmacinha e sua grande coleção de tinturas e plantas secas armazenadas e catalogadas na mesma casa onde funciona a Rádio Comunitária, mantida e dirigida por

⁵ Ver Marques (2009).

⁶ O município de Joia tem seis assentamentos de reforma agrária, e o Rondinha contempla mais de 200 famílias. Para histórico desses assentamentos, ver Mendes (2010).

algumas das mulheres do grupo, e cuja entrada conta com um lindo jardim que se pode admirar já da estrada que dá acesso à cidade. Aliás, é pelos programas da rádio que as mulheres são informadas e chamadas a participar de eventos e reuniões, e também podem acompanhar os momentos de oração ou ouvir os jogos do time de futebol da região. Segundo a Jurema, a operação da rádio é fundamental porque “pra lá dos morros, celular não pega”. Em Santo Cristo (Noroeste do RS), o Saúde Alternativa funciona junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ali as mulheres mantêm um espaço permanente de atendimento ao público, oferecendo, além dos remédios produzidos com plantas, várias terapias complementares. Logo ao lado está a Rádio Comunitária, cujo funcionamento e programação contam com o movimento de mulheres do sindicato. Logo na entrada se lê: “Rádio Acesa – Saúde pela Alimentação e Plantas Medicinais”.

O Coletivo de Mulheres do MPA mantém um horto com plantas medicinais. Já na entrada do Centro de Formação e Produção São Francisco de Assis, em Santa Cruz do Sul (região central do RS), vê-se a “espiral de ervas” que, anos atrás, foi construída pelas mulheres, que vinham ao centro participar das reuniões ou formações. Elas contam que o trabalho foi feito em regime de mutirão e acabou criando a oportunidade para a construção de mais de 10 hortos nas casas das mulheres e para a realização de inúmeras oficinas sobre produção de remédios e outros produtos. Como relatado por lideranças do coletivo: “ficou mais fácil para as mulheres saírem de casa, elas podiam voltar com algo concreto na mão”. Além disso, tinturas, sabonetes, xampus e outros produtos, que são produzidos coletivamente, são fonte de renda para o próprio coletivo. Tais práticas são também geradoras de laços importantes de pertencimento e são manifestadas por elas como “estratégias das lutas das mulheres” (Charão-Marques et al., 2015).

Samper-Erice (2015, p. 128) descreve que, na Farmacinha da Solidão, são produzidos 26 diferentes elixires, empregando em torno de 55 diferentes espécies vegetais, cuja composição e modo de preparo estão descritos no “Manual das bruxinhas de Deus”,⁷ embora haja variações eventuais. As plantas, depois de colhidas, são secas e armazenadas em caixas de papelão, rotuladas e organizadas em ordem alfabética. É a partir dessas plantas que são preparadas as tinturas (extratos hidroalcoólicos, tendo cachaça de cana como extrator), que são guardadas em recipientes de vidro (em geral, âmbar para evitar efeito da luz) para posterior uso no preparo dos elixires.

⁷ O manual tem uma versão impressa, que encontramos com muita frequência com os grupos que conhecemos: DUARTE, M. L. P. *Bruxinhas de Deus: a serviço da vida*. Porto Alegre: Evangraf, 2002. 54 p.

Nas farmacinhas, de modo geral, o “trabalho com as plantas” se concretiza em encontros presenciais sistemáticos com periodicidade definida para a produção de xaropes, tinturas, elixires, cápsulas, pomadas, cremes, sabonetes, xampus, artesanatos com uso de plantas aromáticas (almofadas, velas, aromatizantes para ambientes), dentre outros produtos fruto do conhecimento e criatividade bastante singulares em cada grupo. Outra prática corriqueira é trocar sementes e mudas: com elas se formam redes de produção e circulação de conhecimento, mas, sobretudo, uma muda ou uma semente específica sempre está relacionada a uma pessoa, a um momento e a um espaço de referência.

A vida social está intimamente ligada a um contexto particular, um lugar, especificamente situado, cujos nexos entre práticas e arranjos materiais criam campos de práticas, que se tornam “lugares” (*sites*) onde mudanças ocorrem, especialmente, pela interação dos atores que conduzem suas performances em um tempo e um espaço específico (Schatzki, 2001). As práticas dos grupos de mulheres aqui brevemente descritas são situadas espacial e temporalmente, conformadas por múltiplos significados e materialidades (cujas fronteiras nem sempre conseguimos discernir), como as plantas, os secadores, os vidros, a cachaça, os remédios, os xampus, as mudas e assim por diante, mas também as rádios e as próprias farmacinhas. Esses entrelaçamentos vão fazendo surgir o que Schatzki (2015) chama de “espacialidade existencial coletiva”, que se ancora nas disposições materiais e sobre as práticas em si, as quais as pessoas são capazes de expressar, juntamente com entendimentos, propósitos e emoções que as organizam.

Arce e Long (2000), no mesmo sentido, afirmam que são vitais os “territórios da existência”, conformados de fluxos e interações complexas entre conhecimentos e processos de auto-organização de atores locais, apenas possíveis pela coexistência de humanos e entidades físicas, materiais e de substâncias. Tais coexistências são *per se* criadoras de heterogeneidades que são parte, justamente, da constante (re)constituição de uma miríade de vias de modernidade que conspiram, competem, convergem e divergem.

O local e a política

Aceitando, então, que existem heterogeneidades dinamicamente produzidas e que há uma espacialidade existencial emergente do “trabalho com as plantas”, reconhece-se que há uma relação íntima entre o trabalho e a vida; assim, aceita-se também que essa aproximação é uma experiência eminentemente afetiva (Dejours, 2004). Assim, a questão dos laços entre trabalho e

subjetividade, neste caso referindo aos desdobramentos das práticas nas farmacinhas, levanta um aspecto relevante no que tange à “política”.

Tomando de Stengers (2005) a noção de que a política é uma arte – e como tal ela precisa criar as maneiras pelas quais possa se habilitar a lidar com o que tem que lidar, ao invés de manter-se apenas na esfera das reivindicações –, dois aspectos podem ser destacados como emergentes da ação coletiva das mulheres. O primeiro, já mencionado, é o “cuidado” como uma espécie de eixo orientador das práticas evidenciadas, sendo a “autonomia” o segundo aspecto que se desprende dos “ditos e feitos” das mulheres em suas lidas com as plantas e os remédios. Cuidado e autonomia, então, podem ser compreendidos como parte “visceral” das práticas, e não representações constituídas unicamente pelos discursos (ou conjunto deles na forma de textos socialmente construídos), embora portadores de um apelo simbólico relevante.

O cuidado, ainda que eventualmente essencializado como um papel das mulheres, surge como elo entre o mundo privado e público, pois antes ele era circunscrito à família, mas agora se estende também ao grupo e, daí, para o movimento, adentrando em questões sensíveis não só para si, mas para um coletivo muito mais amplo. A luta se estende da roça à praça pública, o chá sai da cozinha da casa e ganha a rua (Charão-Marques et al., 2015, p. 172). Reproduzida de Samper-Erice (2015, p. 119), uma fala da Dona Maria, ao expressar-se sobre “sua farmacinha”, traz-nos um emblemático exemplo dessas ampliações do cuidado:

[a Farmacinha da Solidão] é um lugar de libertação [...] onde podíamos falar de coisas, porque era um lugar só pra mulheres. Mas os homens muitas vezes nos seguiam pra nos espiar, pra controlar. Antes da Farmacinha existir, as mulheres não saíamos de casa, nem encontrávamos a família, as amigas, era tudo assim, dentro de casa.

O “cuidar” passa a congregar dimensões de atenção, companheirismo, diálogo, escuta e mobilização social. Dessa forma, “o cuidar do Outro é um constante exercício de solidariedade que afirma cotidianamente a possibilidade de afirmação da vida” (Pedrosa, 2007, p. 97).

É dessa subjetivação que emana do cuidar que surgem outras formas para a política, abrindo a possibilidade da “luta”, por exemplo, pela igualdade de gênero fora dos espaços políticos formais, nos quais a representação pode mais facilmente ser confundida com a ação. Essa perspectiva cria sentidos divergentes em relação à proposta universalista e homogeneizante de desenvolvimento, inclusive no que tange ao papel das mulheres.

Os remédios (e outros produtos) são produzidos segundo um conjunto compreensível e identificável de conhecimentos, embora a riqueza e complexidade desse processo escape, neste momento, à discussão aqui empreendida. O importante é ter presente que as práticas compartilhadas fogem aos padrões legitimados pela ciência moderna e pelos *experts*, e as mulheres das farmacinhas reiteram que a manutenção da autonomia está fundamentalmente relacionada à proteção do seu “saber-fazer”. Referem-se a seguir podendo “existir”, e não propriamente à busca por uma instituição formal de proteção ao conhecimento.

A autonomia também se materializa de outras maneiras, como nas rádios comunitárias que, em ambos os casos citados, funcionam muito próximas às farmacinhas. Há uma declarada intenção de alcançar e sensibilizar mais mulheres sobre as questões identificadas com relevantes, que se referem ao fim do patriarcado e da violência contra as mulheres, à oposição ao uso de agrotóxicos (embora os maridos façam uso rotineiro em muitos casos), à “defesa da vida” pelo uso de sementes crioulas e pelo fim do plantio de transgênicos, dentre outros elementos que aparecem relacionados à autonomia. Tais lutas fazem parte dos discursos dos movimentos, às vezes mais relacionados a expressões feministas, às vezes mais ligados à defesa do “modo de vida camponês”. No entanto, cabe reiterar que são as práticas situadas em locais e tempos específicos que transformam e criam espaço para mudanças, muito embora tais discursos apareçam reiteradas vezes “colados” às práticas.

A autonomia pretendida e/ou vivenciada está longe de significar isolamento das mulheres e das práticas (ainda que elas tomem “precauções” antes de se expor, como mencionado anteriormente). Em geral, localmente os trabalhos das farmacinhas são reconhecidos, fazendo parte do cotidiano das comunidades. Além disso, muitas vezes servem de referência para os serviços públicos de saúde nos municípios, com ações realizadas em parceria com agentes e profissionais de saúde. Dentre os exemplos trazidos, observam-se tais parcerias em Joia, Cristal do Sul e Santo Cristo mais especificamente. Mas, obviamente, isso não significa que estas mesclas entre distintos “campos de prática” ocorram sem tensões ou “altos e baixos” (como relatado muitas vezes).

Um exemplo dessas relações pode ser evidenciado com a fala da Dona Rosa, reproduzida de Marques (2009, p. 102). No trecho, ela conta um pouco do trabalho que fazia quando foi contratada pela Prefeitura de Chapecó para coordenar um horto de plantas medicinais:

Eu trabalhava com os grupo de idosos e os grupo de hipertensos, junto com as médicas. Aí, as médicas iam fazer o trabalho com os hipertensos e eu ia junto, elas me levavam junto, pra elas orientar sobre as questões e eu orientar sobre os remédios. Já levava os remédios, mostrava, levava as plantinhas, esse tu pode tomar pro colesterol, esse pra pressão alta, outro pra controlar isso e elas me davam toda abertura pra mim tá fazendo este trabalho.

Nesse caso, com uma troca no governo municipal o programa foi interrompido. Na avaliação de Dona Rosa: “esses projetos têm que ter vontade, decisão política pra tocar e tem que ter alguém que tenha esse ponto de vista” (depoimento registrado em Marques, 2009, p. 102). Esse âmbito da atuação política eventualmente é foco de reflexão por parte das mulheres. Em Cristal do Sul, em alguns momentos, elas chegam a avaliar se valeria a pena uma delas concorrer à Câmara de Vereadores do município, mas, aparentemente, hesitam em entrar na dinâmica da política partidária, apesar de imaginarem que poderiam ampliar seu espaço de atuação.

A despeito das colaborações de mulheres e de grupos no que tange ao “serviço oficial” de saúde, a autonomia, como este “feixe de práticas”,⁸ está relacionada à agência sobre a cura e sobre o corpo, contrapondo a noção de que são esferas de ação delegadas unicamente ao Estado ou por ele reguladas. Nesse sentido, ainda há duas questões relacionadas e que criam certas contradições. A primeira é que muito da atuação dos grupos, quando iniciam um trabalho organizado e sistemático com as plantas medicinais (também com outras terapias) em áreas rurais, acontece pela ausência de estruturas estatais de atendimento em saúde. Uma segunda questão é que relatos de mulheres assentadas da reforma agrária dão conta de que o interesse em produzir seus próprios remédios diminuiu na medida em que, nos últimos anos, tanto o atendimento médico quanto a disponibilidade de medicamentos aumentaram por parte do Estado, ainda que não igualmente em todos os lugares.

Por outro lado, ouvimos das mulheres algumas vezes que, nas áreas rurais, elas estão cada vez mais hipertensas, diabéticas e obesas (ou com sobrepeso), e elas atribuem o crescimento desses problemas, em parte, ao uso do tabaco e à má alimentação, considerando que passaram a consumir mais produtos industrializados. Tal consumo é reconhecido como “necessário” já que as mulheres estão trabalhando muito e não têm tempo para cozinhar ou ter sua própria horta, por exemplo. Também entre os diferentes grupos há certa constante de que os “elixires” e “chás” mais procurados são aqueles indicados “para os nervos”. A leitura mais comum é de que a “a vida no campo não é fácil”, en-

⁸ No original em inglês, Schatzki (2015) se refere a “bundle of practices”.

tão se vê muita “depressão”. Não é o caso, aqui, de fazer uma discussão sobre epidemiologia ou medicalização, e nem foram obtidos dados para isso, mas é notável que os relatos parecem posicionar bastante bem que tais problemas são derivados genericamente da “vida moderna”.

Esses são pontos importantes a considerar no debate e tratamento da relevância e importância destas “políticas do lugar” (Gibson-Graham, 2004), na medida em que estão relacionadas a “outras” subjetivações, potencialmente criadoras de múltiplas criatividades que fazem frente ao centralismo econômico do desenvolvimento ou, nestes casos, à padronização pretendida pelos sistemas de saúde. Contudo, como chamam a atenção Blackman e colaboradores (2008), é importante não perder de vista que as diferentes formas das materialidades não podem ser tratadas separadamente dos “lugares” onde a subjetividade é modulada e aumentada. E, nesse sentido, pode-se recuperar de Latour (2000) que toda ação é local. Aí talvez entremos em um outro debate que trata da “escala” dos fenômenos sociais dessa natureza.

Se temos entendimento de que os grupos de mulheres devem ser valorizados sem serem, contudo, vulnerabilizados – e, mais do que isso, de que a ação coletiva situada localmente guarda potencial importante de mudança social –, será relevante qualificar o debate sobre “escala”. E essa é uma questão que facilmente vem a público nos meios acadêmicos ou na esfera das políticas públicas, embora as respostas se encontrem em aberto. Latour (2005), assim como Schatzki (2011, 2015), vai defender que lugar, tamanho e escala dos fenômenos sociais são produzidos. Porém Latour (2005) vai considerar que “tamanho” é alcançado por meio da interligação entre múltiplas ações (e entidades) quando passam pelos “centros de poder” ou “centros de cálculo”, que vão emular os grandes fenômenos. No entanto, a vida social é por demais heterogênea, se considerado o plano material em que ela se desenrola, e vamos perceber ainda mais multiplicidades. Assim, pode ser interessante pensar no que propõe Schatzki (2011, 2015), quando afirma que, sim, os centros de poder têm esferas de influência importantes, mas limitadas. Ou seja, a miríade de ações de outros “lugares” forma feixes, arranjos de práticas (não sistêmicos) que vão formando constelações maiores, mas que não pertencem aos centros de poder.

Tal perspectiva torna mais explícito o papel das pessoas em processos de mudança social, assim como reitera um olhar “mais plano” no que se refere à interação da ação social e o mundo material. Todavia, estabelece um sério desafio para as políticas públicas, para as intervenções técnicas e mobilizações sociais como um todo, já que tais heterogeneidades deveriam ser consideradas.

Considerações finais

O artigo buscou mostrar que as práticas movidas por mulheres que se organizam coletivamente para atuar na produção de remédios com base em plantas medicinais estão relacionadas a subjetividades que emergem do emaranhado de interações entre plantas, saberes, dizeres, pessoas, utensílios, substâncias e um sem-fim de elementos, que acabam por criar espaços onde as existências coletivas se tornam possíveis, além de identificáveis como sentidos divergentes à homogeneidade pretendida pelos processos de desenvolvimento.

Especificamente do entrecruzamento de mulheres e plantas medicinais foram destacados o “cuidado” e a “autonomia” como valores que nutrem “políticas do lugar”. O primeiro porque funciona como uma espécie de eixo orientador de ações que correspondem a um reposicionamento das mulheres no mundo público, pela ampliação do “cuidar” da família para novas atenções – por exemplo, o apoio a suas companheiras de grupo, a saúde da comunidade ou, em sentido amplo, a “defesa da vida” (como mencionado por elas). Já a autonomia parece surgir como um valor que emana de conjuntos (feixes) de práticas que relacionam a agência sobre o corpo e a cura com a defesa de um existir, às vezes, diretamente relacionado aos saberes constituídos situado e coletivamente.

A literatura feminista vai propor que o “pessoal é político”. A isso se acrescentam dois ingredientes: um deles se trata das subjetividades emergentes das próprias práticas, que podem fazer frente àquelas estabelecidas pelos constructos do desenvolvimento,⁹ uma vez que alimentam heterogeneidades ou constelações constituídas de infinitas associações entre as mais diversas entidades. O outro ingrediente é a ideia de “coletivo”: poder-se-ia, talvez, chamar de ação coletiva ou até ação política, entretanto os processos de organização dos grupos para o “trabalho com as plantas medicinais” são fundamentalmente produzidos e produtores de afetos. E estes parecem constituir uma chave importante para mudanças sociais requeridas (ou desejadas) no que se refere, por exemplo, a superar (in)sustentabilidades no e do rural.

Referências

ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: ARCE, A.; LONG, N. (Ed.). *Anthropology, Development and Modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence*. Routledge: London, 2000. p. 1-31.

⁹ Para Blackman et al. (2008), mais associados ao neoliberalismo como produtor de subjetividades.

- BENVEGNÚ, V. C. *Entre dádivas e resistências: o primado da relação entre mulheres camponesas no litoral norte do Rio Grande do Sul*. 2004. 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BLACKMAN, L.; CROMBY, J.; HOOK, D.; PAPADOULOS, D.; WALKERDINE, V. Creating Subjectivities. *Subjectivity*, v. 22, n. 1, p. 1-27, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2960, de 09 de dezembro de 2008*. Aprova o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html>. Acesso em: 13 abr. 2009.
- CHARÃO-MARQUES, F.; BENVEGNÚ, V. C.; SAMPER-ERICE, A.; DE CARLI, A. P. As mulheres e as plantas medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações. *Retratos de Assentamentos*, v. 18, n. 1, p. 155-181, 2015.
- CZERMAINSKI, S. B. C. *A política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos: um estudo a partir da análise de políticas públicas*. 2009. 148 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de Farmácia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. Violence of development: two political imaginaries. *Development*, v. 47, n. 1, p. 27-34, 2004.
- LASSAK, S. Comunidades de resistência e libertação: a influência da Teologia (feminista) da Libertação no Movimento de Mulheres Camponesas. *Caminhos*, v. 10, n. 2, p. 90-109, 2012.
- LATOUR, B. *Ciência em ação*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: UNESP, 2000.
- LATOUR, B. *Reassembling the Social: an Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- MARQUES, F. C. *Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura – a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil*. 2009. 220 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MENDES, N. L. G. *A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do município de Joia*. 2010. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Estratégias de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005*. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.
- PEDROSA, J. I. dos S. Cultura popular e identificação comunitária: práticas populares no cuidado à saúde. In: MARTINS, C. M.; STAUFFER, A. de B. (Org.). *Educação e saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007. p. 71-100.
- SAMPER-ERICE, A. *Espaço de vida, espaço de luta: um estudo etnográfico da Farmacinha Comunitária da Solidão em Maquiné, Rio Grande do Sul*. 2015. 156 p. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. (Ed.). *The Practice Turn in Contemporary Theory*. London: Routledge, 2001. p. 1-14.

SCHATZKI, T. R. Spaces of Practices and of Large Social Phenomena. *Espace Temps*, 24 Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.espacestems.net/articles/spaces-of-practices-and-of-large-social-phenomena>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

SCHATZKI, T. R. *Where the Action Is (On Large Social Phenomena Such as Sociotechnical Regimes)*. Working Paper 1, 2011. Disponível em: <<http://www.sprg.ac.uk/uploads/schatzki-wp1.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

STENGERS, I. The Cosmopolitical Proposal. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. (Ed.). *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 994-1.004. Disponível em: <<http://mnissen.psy.ku.dk/Undervisning/Stengers05.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2016.